

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO



PROJETO DE LEI Nº. O2/93-L

Altera denominação da Rua Barão do Rio Branco para Avenida Barão do Rio Branco.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º Passa a se denominar AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO o logradouro público antes denominado Rua Barão do Rio Branco, localizada dentro do Plano Diretor da cidade de Agudo, estendendo-se no sentido Norte Sul, até o limite deste.
- Art. 2º A AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO passa a ser via preferencial de trânsito, exceção feita ao cruzamento com as Avenidas Tiradentes, Concórdia e Borges de Medeiros.
- Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

AGUDO/RS, aos ...

Ari Alves Anunciação Prefeito Municipal

Agudo, 18 de outubro de 1993.

CÂMARA MUNICIPAL AGUDO APROVADO

Ver. Vilson Días



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

JUSTIF1CATIVA

Senhor Presidente; Senhores Vereadores:

No exercício legítimo da representação popular, oportunizado que nos é tomar acento no Parlamento agudense, nos desincumbimos de uma tarefa assumida quando de nossa caminhada em busca de uma cadeira nesta Câmara Municipal, com a apresentação deste Projeto de Lei.

Aparentemente a matéria pode até parecer relativamente irrelevante – transformar uma "rua" em uma "avenida" não encerra, à olhos leigos, nenhuma peculiaridade.

Ledo engano, Sr. Presidente e colegas Vereadores.

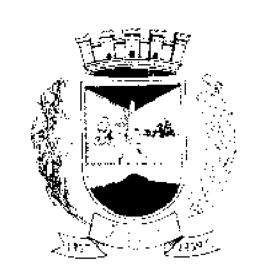
Transformar uma "rua" em uma "avenida" confere segurança, conforto e beleza à seus usuários e aos moradores.

Tal decorre da definição clara das pistas de trânsito, mediante a instalação de canteiros centrais. Com esta demarcação, os motoristas têm assegurado um perfeito fluxo, sem a negligente "invasão de pista", prática nefastamente difundida nas ruas de nossa cidade — e que põe em risco o transitar.

Para o pedestre a definição das pistas de rolamento é também importante, pois este, ao caminhar pela "avenida" tem condições de observar o fluxo de veículos, o que resultará em convivência pacífica e segura com os motoristas.

Tomamos, agora, a situação "in loco" — a hoje R. Barão do Rio Branco: este logradouro é utilizado largamente por automóveis, eis que naquela rua há uma concentração de moradores, a maioria deles proprietários de automóveis, e, ela é a via urbana mais utilizada pelos moradores da Vila Caiçara — grande conglomerado populacional, d'onde emergem, diariamente mais de duas centenas de pessoas, que por ela alcançam a cidade, onde trabalham.

1 : TO TO TO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

.

Entretanto, não só os trabalhadores e os moradores utilizam a R. Barão do Rio Branco. Nas imediações existem empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços, e um grande número de crianças que por alí encontram acesso às escolas.

Tal volume de trânsito tem causado apreensão. A não definição das pistas tem permitido a que imprudencias alí fossem perpetradas, colocando em risco vidas humanas.

Dentre as diversas ruas da cidade — excetuamos as já definidas como avenida — é sem dúvida a Rua Barão do Rio Branco que apresenta o maior fluxo de trânsito. Disciplinar este trânsito é nosso objetivo.

Com a transformação da Rua Barão do Rio Branco em Avenida, compete ao Município tratar de sua adequação, com a instalação de canteiros centrais, com o quê a rua não ficará estreitada, posto que sua largura é igual à das Avenidas Tiradentes e Borges de Medeiros. Em uma segunda etapa devem os moradores serem compelidos a construírem as calçadas em seus terrenos — o que alguns já fizeram — e a "adotar" os canteiros, embelezando, com isto, esta Avenida.

Com esmero propômos que a Avenida seja via preferencial de trânsito em toda a sua extensão, exceção feita ao cruzamento com as Avenidas Tiradentes, Concórdia e Borges de Medeiros. Definir esta condição na própria Lei, não deixará margem de discussão em qualquer instância e circunstância.

Apresentamos a matéria, e rogamos lhe seja dada a atenção tão presente, quando da deliberação de matérias que dizem respeito ao Bem-Comum.

Agudo, 18 de outubro de 1993.

Ver. VILSON DLAS - PPR

08 11 93 A